

RESPOSTA AO MINISTRO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

No último dia 10, o ministro da Previdência Social, Nelson Machado, enviou mensagem para a “Lista INSS Brasil”, acusando as entidades dos servidores em greve de inflexibilidade. No entanto, a intransigência é do governo ao querer negociar em separado com os setores de nossa categoria. Em nenhum momento, antes da audiência do dia 8, os interlocutores do governo sinalizaram com esta separação nas negociações. Leia, abaixo, a opinião do Comando Nacional de Greve sobre o assunto:

“O atual ministro da Previdência, Nelson Machado, assumiu o cargo há duas semanas, é fato. Mas também é fato que ele esteve à frente da Secretaria Executiva do Ministério do Planejamento neste governo e antes, ocupou cargo técnico. Portanto, acompanhou os desdobramentos das greves desde 2000, tendo, portanto conhecimento das demandas da categoria, principalmente no que se refere ao debate de carreiras.

A greve, que iniciou em 0 de junho teve, como pauta inicial, centralmente, a reposição das perdas salariais do governo Lula, calculada em 18%, elaboração de plano de carreira no INSS, a fim de corrigir as distorções salariais, funcionais e ainda garantir o futuro dos trabalhadores no setor. Além do pagamento do PCCS para os trabalhadores da Seguridade Social.

Nestes mais de 70 dias de greve, o governo tem tentado quebrar a greve através de sucessivos movimentos de travamento das negociações. A gestão de Lula atravessa a mais profunda crise a que esteve exposto um governo eleito, onde tanto o Executivo quanto o Congresso, estão sob suspeita de movimentarem o mais elaborado mecanismo de corrupção jamais denunciado neste país. Ao mesmo tempo, nossa greve se deparou com o estopim desta crise e vem disputando espaço tanto na mídia quanto em relação às ações do governo.

É necessário lembrar que os principais interlocutores do governo, que no início da greve tentaram mediar saídas diante da intransigência do Planalto, foram tragados no decorrer das CPIs instaladas, como foi os casos dos deputados Paulo Rocha e João Paulo Cunha, e o ministro da Previdência anterior, Romero Jucá, sobre quem pesava, desde o início de sua gestão à frente do ministério, denúncias de irregularidades.

Os ministros responsáveis diretos pelas negociações – Romero Jucá da Previdência, Humberto Costa da Saúde e Ricardo Berzoini do Trabalho, foram substituídos durante a greve, causando prejuízos ao andamento das negociações. Diante destes fatos, chegando ao patamar de 70 dias de paralisação, depois de cortar o ponto e pressionado pela justiça no DF, que de forma inédita impôs ao governo prazo para solucionar a greve, bem como prevê pesada multa no caso de não cumprimento da decisão, o governo agora gira as baterias para a greve exigindo solução imediata para o conflito.

O ministro do Planejamento, ao sinalizar que só interessa ao governo resolver a greve do INSS, o Comando Nacional de Greve entendeu ser necessário recolocar o processo de negociação nos patamares que caracterizaram as decisões das assembleias estaduais e da plenária nacional da categoria. A tarefa do Comando é garantir a negociação e buscar todos os meios para viabilizá-la. No dia 8, diante da negativa do governo em avançar em um dos pontos da negociação impunha mais um impasse ao movimento. Faz se necessário alertar



Base unida fortalece Comando nas negociações

os trabalhadores que as negociações estão ocorrendo neste cenário de tensionamento visando, por parte do governo, o rebaixamento das negociações.

No início da greve, portanto, há mais de 70 dias, o governo sinalizou ao Comando que as negociações se dariam de forma conjunta, INSS e Seguridade Social (ministérios da Saúde, Previdência, Trabalho e Emprego e Funasa). Durante as discussões que trataram da reabertura das negociações esta situação não foi alterada. Em audiência com os ministros da Previdência, Saúde e Trabalho, sempre destacamos o impasse criado nos dois setores pela retirada das propostas por parte do governo. Em nenhum momento, antes da audiência do dia 8, os interlocutores do governo sinalizaram com esta separação nas negociações.

O Comando se pauta pelas deliberações dos trabalhadores em greve em seus fóruns legítimos, ou seja, pelas decisões das assembleias estaduais e plenárias nacionais.

Estamos efetuando contatos com representantes do governo a fim de consolidar os canais de negociação. Temos reafirmado ao governo que a situação da Previdência que levou a greve deveriam ter sido superadas sem a necessidade da paralisação das atividades. E a categoria buscou todos os meios para evitá-la.

Neste momento de tensão é fundamental que os trabalhadores se orientem pelas deliberações das assembleias e plenárias nacionais a fim de manter o maior patrimônio de nossa categoria: sua capacidade de organização e resistência”.

**Comando Nacional de Greve
FENASPS / CNTSS**